Disputa pelo controle do petróleo e radicalização do processo bolivariano na Venezuela: caminhos para a emergência do socialismo do século XXI

Vicente Ribeiro – PPG História/UFRGS

Esta comunicação visa compreender o processo bolivariano da Venezuela a partir da análise da disputa pelo controle do petróleo. Os anos de 2001 e 2003 marcaram o auge desta disputa. Seu desenlace permitiu não só que o governo de Hugo Chávez assumisse o controle de uma parcela superior da renda petroleira, mas também redefiniu as relações entre as classes no país. Busca-se em um primeiro momento definir a crise do modelo econômico e do regime político ao longo dos anos 1980 e a partir deste momento as alternativas propostas pelos diversos setores do movimento popular venezuelano. No final dos anos 1990 a política petroleira do governo Chávez é analisada em sua relação conflitiva com os setores hegemônicos da classe dominante. Tais confrontações sociais são fundamentais para compreender os deslocamentos deste processo de transformação social, analisando os fechamentos de suas relações com setores importantes da classe dominante e a abertura de um horizonte pós-capitalista. Tal processo nos leva finalmente a analisar a relação entre as reformas e o período de hegemonia do modelo neoliberal, no qual a margem para melhorias sociais dentro da ordem se estreita de forma significativa.

Para analisar o processo bolivariano utilizamos um conjunto de conceitos que permitam situar a inserção da Venezuela no sistema capitalista mundial e articulação de seus setores dominantes com as transnacionais do petróleo. Neste sentido, o instrumental teórico produzido pela teoria da dependência é de grande importância para nossa análise, pois este visa explicar o subdesenvolvimento latino-americano não como fruto da permanência de elementos atrasados que entravam o desenvolvimento da periferia, mas o *subdesenvolvimento como conseqüência da forma dependente como esta periferia é incorporada no sistema capitalista mundial*. Contrastando com a vertente de Fernando Henrique Cardoso, que identifica *situações de dependência* passíveis de serem superadas nos marcos do capitalismo, os autores da teoria da dependência vêem esta condição como *estrutural* (SOTELO, 2005).

Muitos críticos identificam o principal equívoco desta teoria pela tendência em explicar a situação de subdesenvolvimento exclusivamente por condições externas (CARDODO & PÉREZ BRIGNOLI, 1983). Na realidade, se a dominação imperialista é determinante para compreender a dependência latino-americana, os autores demonstram como esta dominação está articulada com os setores hegemônicos das classes dominantes dos países periféricos que se beneficiam desta situação e a reproduzem (FRANK, 1971).

Segundo Adrian Sotelo (2005), esta teoria guarda uma grande atualidade para os países latino-americanos em tempos de neoliberalismo e crise deste modelo de acumulação. De acordo com o autor, tal processo aprofunda a dependência dos países latino-americanos e a tendência de seus setores dominantes em buscarem apostar nas vantagens comparativas, inserindo-se de forma subordinada na globalização. Tal análise é de suma importância para compreender a política de *Internacionalização da PDVSA* e de A*bertura Petroleira* implementadas na Venezuela.

I.

A escolha do petróleo como eixo de análise para o processo bolivariano não é por acaso. Ao longo do século XX, a questão petroleira foi o tema central em torno da qual giraram as disputas políticas do país. No final do século XX e início do século XXI, a crise do modelo econômico petroleiro e as alternativas surgidas para superá-la são elementos decisivos da história recente do país.

Os anos 1980, a década perdida segundo a CEPAL, foram extremamente duros na Venezuela. Após o segundo boom petroleiro (1979-1981), os preços do petróleo entraram em uma queda acentuada, associada ao aumento do serviço da dívida dos países latino-americanos.

Com a crise do modelo de acumulação baseado na renda petroleira e com a adoção de medidas de cunho neoliberal a pobreza aumentou de maneira vertiginosa entre as décadas de 80 e 90. Em 1980, 17,65% dos domicílios estavam em situação de pobreza e 9,06% de pobreza extrema. Estes números aumentam em 1997, respectivamente, para 48,33% e 27, 66% (LANDER & LÓPEZ MAYA In SADER, 2000).

Esta deterioração das condições de vida da maioria da população abalou profundamente as estruturas do Pacto de *Punto Fijo*. Este regime fundava sua legitimidade em sua capacidade de redistribuir a renda petroleira, desenvolver o país e aumentar o nível de vida dos venezuelanos. A partir da década de 1980, o fracasso das promessas deste regime, em alguma medida atingidas durante os anos 70, estava claro. Tal processo se expressa em uma crise de representação dos partidos e sindicatos tradicionais. (ELLNER In ELLNER & HELLINGER, 2003)

A década de 1980 assistiu a um aumento dos protestos, caracterizados pela sua independência dos canais tradicionais de representação das demandas populares. Um forte ativismo estudantil, principalmente da Universidad Central de Venezuela (UCV), se contrapôs de forma constante aos aumentos do transporte público na capital (LANDER & LÓPEZ MAYA, 2006: 20).

No final da década, esta crise iria se aprofundar. Em 1988, Carlos Andrés Pérez foi reconduzido à presidência, se apoiando nas lembranças da "bonança petroleira" que marcou seu primeiro mandato (1973-1978). Entretanto, a primeira medida do novo governo foi assinar um acordo com o FMI e em contrapartida se comprometer com medidas de ajuste neoliberais como o aumento dos preços dos transportes urbanos. A reação popular foi o *Caracazo*, levante popular contra os aumentos das tarifas ocorrido no dia 27 de fevereiro de 1989. Durante três dias, ocorreram saques tanto na capital quanto em outras cidades do país. Este acontecimento marca a quebra definitiva do *puntofijismo*, sua perda de legitimidade pela incapacidade de promover a conciliação de classes.

O *Caracazo* não pode ser entendido tão somente como uma explosão social causado pela implementação de medidas neoliberais de ajuste estrutural. Ele deve ser encarado igualmente como um momento de mobilização coletiva o qual, apesar da desarticulação, representou uma demonstração de força da mobilização popular que marcaria os movimentos sociais venezuelanos desde então.

> La historia quedo rota, muertos o aterrizados sus actores, el pueblo tuvo que replegarse, pero esta vez y desde entonces como un alguien que ha cobrado personalidad propria, que ha mesurado su fuerza descomunal y capacidad de autoordenamiento (DENIS, 2001: 21)

O padrão de mobilizações de rua foi mantido no início da década de 90, sendo acompanhado no ano de 1992 pelas insurgências militares. Estas são gestadas ao longo da década de 1980, que assiste à emergência de setores da média oficialidade organizados politicamente em vários movimentos, sendo o principal deles o Movimento Bolivariano Revolucionário 200 (MBR200), dirigido por Hugo Chávez e Francisco Árias Cárdenas. Tal movimento iniciou sua organização no início da década de 1980 buscando resgatar as idéias de grandes nomes da história venezuelana como Simon Bolívar, Simon Rodriguez e Ezequiel Zamora (que junto formam "*el árbol de três raízes*") defendendo um nacionalismo popular e antioligárquico. Estes militares foram fortemente influenciados pelo reformismo militar dos anos 70 expresso nos governos do General Velazco Alvarado, do Peru, e do Coronel Omar Torrijos, do Panamá bem como pela esquerda ex-guerrilheira que buscava aproximações com setores das Forças Armadas (GOTT, 2002).

No dia 4 de fevereiro de 1992, o MBR-200 organizou um levante militar contra o governo de Carlos Andrés Pérez, que apesar de derrotada, transformou os militares sublevados, e seu líder, o tenente-coronel Hugo Chávez, referências para amplos setores populares. No final do ano, em novembro, um novo levante militar comandado desta vez por oficiais superiores das Forças Armadas, também fracassa na tentativa de derrubar o governo.

Em meio à crise do regime do Pacto de Punto Fijo, a autonomia da Petróleos de Venezuela S.A. pôde ser consolidada. Esta se expressou em novas estratégias. Uma delas, a política petroleira de internacionalização, buscava aumentar os investimentos da PDVSA nos países consumidores, principalmente na compra de refinarias nestes países. Tal política visaria, segundo seus promotores, garantir mercados para o petróleo venezuelano.

A segunda política, a abertura petroleira, foi desenvolvida pela gerência da PDVSA a partir dos anos 90 e foi apoiada pelos governos de Carlos Andrés Pérez e Rafael Caldera (1994-1998). Esta política visava atrair investimentos para o setor através da flexibilização do regime fiscal e das cotas de produção. Tal política visava atrair investimentos de empresas transnacionais através da redução dos controles estatais sobre a indústria. Para o sucesso desta política seria necessário reduzir os impostos e também os limites colocados pelas cotas de produção da OPEP.

II.

A disputa pelo controle do petróleo é um elemento central para compreender o processo bolivariano. Desde o início do século XX para compreender as relações de poder na Venezuela a principal pergunta a ser feita é sem dúvida "quem controla o petróleo?". O processo bolivariano enquanto movimento de transformação da sociedade venezuelana mais cedo ou mais tarde precisaria enfrentar esta questão.

A vitória de Chávez em 1998 representa uma clara derrota do modelo neoliberal e do regime político *puntofiista*. A poucas semanas do pleito, Chávez polariza as eleições com um discurso centrado na necessidade de mudanças. Sua candidatura estava estruturada em torno do Movimento Quinta República (MVR). Este foi formado para servir de sigla eleitoral a fim de lançar Chávez à presidência. O MBR não pôde ser registrado como partido devido à proibição de utilizar nas siglas das agremiações partidárias símbolos pátrios, tal como Simon Bolívar. Além dos setores bolivarianos uniram-se à candidatura de Chávez setores da tradição do PCV, como o MAS e o PPT (ruptura de La Causa Radical).

O tema do petróleo igualmente polarizou as eleições. A década de 1990 foi marcada pelo início da implementação das políticas de abertura petroleira através das quais a alta gerência desta empresa, encabeçada por Luis Giusti, visava atrair investimentos das transnacionais, flexibilizando os contratos e as cotas de produção. Através de uma ofensiva campanha de propaganda, o sucesso da empresa era contraposto ao fracasso do sistema político venezuelano. Neste ponto, a candidatura de Chávez se opunha claramente às políticas petroleiras neoliberais.

> Todos los candidatos presidenciales con excepción de Chávez, se comprometieran a continuar con la Apertura Petrolera. Por otra parte, buena parte de quienes se opusieron a esa política petrolera terminaron formando parte del equipo que triunfó electoralmente en 1998.(LANDER, 2006: 22)

Chávez se consolidou como o candidato da mudança, a grande questão para a maioria dos venezuelanos, vencendo as eleições com 56,2%. (MÁRQUEZ in ELLNER & HELLINGER, 2003).

Definimos o primeiro período do governo de Chávez como de mudanças constitucionais. Este esteve marcado, sobretudo, pelas disputas eleitorais. Neste terreno as vitórias do governo foram contundentes. Entre 1998 e 2000, aconteceram eleições para deputados e senadores, para presidente (1998) e mega-eleições para a renovação de todos os cargos públicos após a nova Constituição (2000). No ano de 1999, aconteceram as consultas sobre a Assembléia Constituinte: convocação, eleição de representantes e aprovação da nova Carta Magna. Em todas elas, o governo saiu-se vitorioso, debilitando ao extremo os partidos da Quarta República.

A nova Constituição representa um claro rechaço do modelo neoliberal, reafirmando uma série de princípios que se chocam profundamente com as orientações deste modelo. As disposições sobre a questão petroleira apontam igualmente neste sentido.

> **Artículo 303°.** Por razones de soberanía económica, política y de estrategia nacional, el Estado conservará la totalidad de las acciones de Petróleos de Venezuela, S.A., o del ente creado para el manejo de la industria petrolera, exceptuando las de las filiales, asociaciones estratégicas, empresas y cualquier otra que se haya constituido o se constituya como consecuencia del desarrollo de negocios de Petróleos de Venezuela, S.A (Republica Bolivariana de Venezuela, 1999)

No âmbito petroleiro também foram produzidas mudanças importantes, que consolidaram um projeto de indústria petroleira voltada para o desenvolvimento do país. Tal definição contrastava com as recentes orientações da PDVSA expressas tanto na política de Abertura quanto de Internacionalização na qual esta deveria voltar-se para seu próprio crescimento enquanto corporação transnacionalizada.

Mesmo assim, a Constituição deixava em aberto o principal caminho para o aprofundamento do processo de privatização, os convênios com empresas transnacionais. Assim, mesmo se a PDVSA não pudesse ser privatizada, a extração de petróleo poderia ser terceirizada em sua totalidade para empresas estrangeiras.

Os temas mais polêmicos da Constituição viriam a ser disciplinados no final de 2001 através de Leis Habilitantes decretadas pelo Executivo dentre as quais se encontra a Lei de Hidrocarbonetos. A disputa sobre tais leis iria deslocar, entre os anos de 2001 e 2003, a disputa política para além das urnas e do parlamento. A Venezuela passou a viver permanentemente entre marchas e contra-marchas e, ocasionalmente, entre golpes e contra-golpes.

Até este momento, a grande diferença da política petroleira anterior foi a rearticualação da OPEP, visando aumentar os preços do petróleo.A partir deste momento, estes se elevam acima dos US$20,00, estabelecendo uma tendência ascendente que viria a ser acentuada pela eclosão da invasão do Iraque pelas tropas dos EUA e seus aliados.

Estas transformações estavam em profundo discrepância com a recente política levada a cabo pela Petróleos de Venezuela e defendida pela maioria de sua gerência. Paradoxalmente, esta gerência manejava depois da nova política petroleira do governo uma quantidade de recursos maior devido ao aumento dos preços do petróleo. Entretanto foram justamente nos primeiros anos do governo Chávez que o percentual de recursos repassado ao Estado atingiu seu patamar mais baixo.

> En 1981, el ingreso bruto por la producción de hidrocarburos, incluyendo la refinación, ascendió a US$19,7 bi, un máximo histórico. En 2000 se alcanzó un nuevo máximo de US$29,3 bi. No obstante, en 1981 PDVSA pagó US$13,9 bi en ingresos fiscales, pero solamente US$11,3 en 2000. En otras palabras, por cada dólar de ingreso bruto, PDVSA pagó al Gobierno 71 céntimos en rentas, regalías e impuestos en 1981, pero solo 39 céntimos en 2000 (MOMMER in ELLNER & HELLINGER, 2003: 176).

O grande problema para a arrecadação da renda petroleira eram os mecanismos através dos quais a PDVSA era tributada e as políticas de gestão da empresa que permitiam um decréscimo permanente da arrecadação do Estado. Estes estavam baseados em taxas que recaiam, sobretudo, sobre o lucro da empresa, permitindo uma ampla margem de manobra para a redução do repasse ao Estado.

III.

Em novembro de 2001, o governo decreta as 49 Leis Habilitantes que disciplinariam uma série de princípios constitucionais, concretizando grande parte do acúmulo programático gerado pelo Processo Constituinte. As Leis Habilitantes são implementadas através de um mecanismo da Constituição Bolivariana que permite a delegação da elaboração de leis da Assembléia Nacional para o Executivo. LANDER, 2006: 17)

Parte deste conjunto de medidas, a Lei de Hidrocarbonetos foi certamente a mais importante e a que afetou os interesses mais poderosos do país. Pela amplitude das

transformações geradas por esta medida, trata-se de uma verdadeira Reforma Petroleira, pois revoga pela primeira em uma transformação do setor todas as legislações anteriores sobre o tema.

O artigo 44 da lei define a principal mudança da nova lei. A captação fiscal ocorreria principalmente através de um imposto cobrado sobre a quantidade de barris produzidos (*regalia*).

> **"Artículo 44.** De los volúmenes de hidrocarburos extraídos de cualquier yacimiento, el Estado tiene derecho a una participación de treinta por ciento (30%) como regalia"(REPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, 2001)

O Imposto sobre a Renda que incidia sobre os lucros da empresa foi reduzido de 67,7% para 50% Esta nova forma de tributação permite por parte do Estado, um controle muito maior sobre os valores a serem cobrados pois trabalha tão somente com duas variáveis: preço de venda do petróleo e quantidades produzidas.

A promulgação de tais medidas provocou a reação imediata da oposição e um forte movimento de unificação dos mais variados setores, dando início a um período de confrontação social para além das disputas eleitorais, fazendo da rua seu principal cenário. Já no dia 10 de dezembro 2001 acontece a primeira de uma série de quatro grandes paralisações. Organizada por diversas organizações patronais e pela CTV, a paralisação teve bastante êxito. Entretanto, o governo não se mostrou disposto a fazer nenhuma retificação.

A principal organização da oposição neste momento era a Fedecamaras, encabeçada por Pedro Carmona Estanga. Junto com ela estavam as federações de latifundiários, pecuaristas, etc. A Central dos Trabalhadores Venezuelanos enfrentou choques com o governo bolivariano. O último deles havia sido em outubro de 2001, quando o Ministério do Trabalho questionou as eleições que levaram Carlos Ortega à presidência da CTV.

No dia 4 de abril, os altos executivos da empresa com o apoio de boa parte dos empregados, declaram-se em greve. Sua exigência: a substituição da junta diretiva presidida por Parra Luzardo, designada pelo Executivo. A nova junta deveria ser formada de acordo com os critérios "meritocráticos". A alta gerência da empresa busca se constituir enquanto força através do conceito de meritocracia, contrapondo-se à "politização da PDVSA" imposta pelo governo. Busca com isso afirmar a necessidade de uma gestão técnica da PDVSA no qual os governos não exerceriam influência (MEDINA & LÓPEZ MAYA, 2003).

No domingo, 7 de abril, como resposta à greve, sete altos gerentes da PDVSA são publicamente demitidos. Simulando uma partida de baseball e armado de um apito, Chávez acirrou ainda mais os ânimos da oposição.

E por fim, o dia 11 de abril, dia do golpe de estado, inicia-se justamente com uma marcha de apoio aos gerentes demitidos. A marcha parte do Parque do Leste e dirige-se para a sede da PDVSA do município de Chuao. Vendo a grande quantidade de participantes, os dirigentes da Coordenadora Democrática propõem continuar a marcha até o Palácio Miraflores para derrubar Chávez.

Extrapola o objetivo deste trabalho realizar um relato detalhado do golpe. É imprescindível, entretanto um relato sucinto de seus principais acontecimentos e, sobretudo, sua relação com o petróleo.

A aproximação da marcha opositora do centro de Caracas leva ao choque desta com os partidários do governo. Neste momento manifestantes do governo e da oposição são assassinados, sobretudo, por franco-atiradores postados em edifícios. A partir disto, começa a ser articulado a versão que o governo reprimiu manifestantes pacíficos. Isto provoca uma reação da alta cúpula das Forças Armadas que passam a questionar a legimidade do presidente Chávez. Os meios de comunicação tiveram um papel destacado nesta construção. Durante a madrugada do dia 11 para 12 é dado um ultimato para Chávez: ou ele deixa o poder ou o

Palácio de Miraflores será bombardeado. Chávez é preso no Forte Tiúna, assumindo o poder um governo de transição encabeçado por Pedro Carmona.

As primeiras medidas do breve governo de Carmona ilustram bem as características deste governo. Destitui a maior parte dos membros das principais instituições. Em relação ao propósito deste trabalho, vale destacar a revogação das 49 Leis habilitantes, junto das quais se encontrava a importante Lei de Hidrocarbonetos.

O governo Carmona revoga as Leis Habilitantes e destitui a Junta Diretiva da PDVSA nomeada pelo Executivo Mieres resume desta maneira as principais linhas de atuação traçadas pelos pronunciamentos dos representantes dos gerentes da empresa durante o golpe:

> "-auto-gobierno de PDVSA;
> -Ni um barril más a Cuba (desconocimiento del acuerdo);
> -Sólo en cuanto útil a los fines de PDVSA, la OPEP será reconocida como Organización a la cual Venezuela está afiliada;
> -Disminución de la regalía de 30%;
> -Siembra del petroleo en el petroleo"(MIERES, 2003: 72)

Este governo *de fato* não se manteve muito tempo pela sua estreita base de apoio (diminuída devido ao ataque direto à Constituição) e pela reação tanto militar (setores constitucionalistas das Forças Armadas) quanto popular expressa na enorme quantidade de pessoas que desceram dos morros de Caracas e tomaram as ruas da capital exigindo a volta de Chávez no dia 13 de abril. A definição de golpe petroleiro proposta por Mieres (2003) talvez restrinja a compreensão deste acontecimento. Em todo, caso não há como negar a centralidade da questão petroleira neste acontecimento.

Após o 13 de abril entretanto, a reivindicada "limpeza da PDVSA" dos setores golpistas não se efetivou. Ao contrário, o governo Chávez buscou estabelecer um pacto com a alta gerência. O governo aceitou a renúncia de Gastón Parra Luzardo, sendo substituído por Ali Rodriguez Araque, ainda com o mandato se Secretário-Geral da OPEP. A junta diretiva da empresa de Parra Luzardo foi completamente substituída e preenchida através dos critérios ditos "meritocráticos".

A partir deste momento houve uma progressivo aumento da atividade política dos gerentes que passaram ao primeiro plano da Coordenadora Democrático, através de sua associação *Gente del Petróleo*.

Ao longo do ano de 2002, o país seguiu sacudido por uma aguda polarização social e radicalização política. Dia 11 de cada mês a oposição organizava marchas às quais eram respondidas por contra-marchas defendendo o governo no dia 13.

A dinâmica de paralisações gerais do país seguiu pautando a atuação da oposição. No dia 21 de outubro um novo locaute paralisou parcialmente o país. A partir de dezembro de 2002 inicia-se a quarta paralisação nacional em menos de um ano. Ao contrário das antecedentes, esta seria conhecida como paralisação petroleira (*paro petrolero*) devido ao peso decisivo que a PDVSA teve na promoção desta ação.

Esta paralisação tem ainda uma importância central para a radicalização do processo bolivariano. Por um lado, permitiu ao governo adquirindo o controle sobre a indústria petroleira, gerenciar uma quantidade superior de recursos. Uma parcela significativa desta foi redirecionada para os projetos sociais do governo, amplamente baseados na mobilização.

Além disso, o período da paralisação gerou um forte processo de organizações popular. A rebelião de 13 de abril só foi possível pela ativação de uma rede de comunicação e mobilização popular. Entretanto, a resistência à paralisação petroleira necessitou de um nível de organização sensivelmente superior. É interessante neste sentido, analisarmos a opinião de Roland Denis sobre o assunto. Militante do Movimento 13 de Abril, esta era neste momento vice-ministro de Planejamento.

> Para ese entonces el gobierno de nuevo quedó pendiendo de un hilo y salvado por igual gracias a la acción multitudinaria liderizada por los

> movimientos obreros y comunitarios. La diferencia en este caso [em comparação com o contra-golpe] es la calidad revolucionaria de la respuesta de masas. Aparece con toda claridad una conciencia clasista-obrerista dormida por décadas, al mismo tiempo que se demuestra la capacidad de organización y resistencia que ha venido acumulándose dentro del caótico mundo en que vivimos las clases populares. Aquello superó el mero acontecimiento insurgente y hace de la rebelión un proceso mucho más profundo que permite ir mas allá de la sola hipótesis respecto a las potencialidades que ella deja, haciéndonos constatar en los hechos y la palabra, producidos de manera generalizada en aquella ocasión, la proximidad en que estuvimos de desencadenar una revolución claramente socialista y libertaria (DENIS, 2004: 11).

Uma das principias conseqüências deste período de disputa foi a criação da União Nacional dos Trabalhadores (UNT), uma central alternativa à CTV composto pelos distintos setores bolivarianos. O movimento sindical bolivariano já estava agrupada há alguns anos na Frente Bolivariana de Trabalhadores (FBT) que seria o embrião da nova central. Sua criação é expressão das novas formas de mobilização surgidas ao longo do período de disputa pelo controle do petróleo (2001-2003) principalmente durante a paralisação de dezembro 2002-janeiro 2003. Para muitos dos seus protagonistas, esta foi a principal vitória do movimento popular venezuelano. Segundo Orlando Chirino, coordenador nacional da UNT:

> Por tanto creo que el gran suceso, que permitió inclinar la balanza a favor de la construcción de la UNT, fue el triunfo sobre el paro-saboteo patronal .(...) En abril de 2002, se derrotó por la vía insurreccional un régimen dictatorial que en pocas horas cercenó las conquistas y libertades democráticas. A diferencia de aquella, creo que en diciembre-enero de 2003 hubo una revolución que le arrebató el feudo que el imperialismo y la oligarquía tenían sobre PDVSA y varias industrias más; y la clase obrera ejercitó por varios días el Control Obrero sobre la producción, no sólo en PDVSA, sino también en las empresas básicas, el sector eléctrico y muchas más (GÓMEZ, 2005: 14)

O período 2001-2003, ponto alto da disputa pelo controle do petróleo, é igualmente aquela no qual o processo bolivariano se modifica profundamente. Do ponto de vista de sua liderança, apesar da aparente continuidade representada pela figura de Chávez, há uma profunda modificação.

Considerações finais

Evidenciar esta dinâmica de confrontação social permite contextualizar a emergência da consigna do socialismo do século XXI. Se em um primeiro momento, o processo bolivariano era apresentado como um conjunto de transformações nos marcos do capitalismo, a experiência recente tratou de fechar determinados caminhos e abrir outros. Neste sentido, um projeto nacional de transformação choca-se com a transnacionalização cada vez maior dos interesses da classe dominante venezuelana, refratária à maioria das reformas propostas pelo governo. Por outro lado, os conflitos sociais vividos nos últimos anos abriram caminho para um maior protagonismo popular, cujos momentos de maior desenvolvimento foram o contra-golpe e a resistência à paralisação petroleira. É nesta dinâmica que deve ser buscada a força da proposta de “socialismo do século XXI”. Esta consigna é, sem dúvida, palco de um intenso debate sobre seu significado. Entretanto, propõe para milhões de pessoas o debate sobre os caminhos para ir além do capitalismo.

O trabalho aqui apresentado os resultados iniciais de uma pesquisa mais ampla sobre o tema.

Bibliografia:

BOUE, Juan Carlos. El programa de internacionalizacion en Pdvsa : ¿Triunfo estrategico o desastre fiscal?. *Revista Venezolana de Economia y Ciencias Sociales, vol 8, Nro. 2, FACES. Mayo-Agosto, 2002*. p.237-282.

CARDOSO, Ciro Flamarion e PÉREZ BRIGNOLI, Héctor. *História Econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

DENIS, Roland. *Los fabricantes de la rebelión: movimiento popular, chavismo y sociedad en los años noventa*. Caracas: Editorial Pimera Linea e Editorial Nuevo Sur, 2001.

_____. *Rebelión en proceso: dilemas del movimiento popular luego de la rebelión del 13 de abril*. Caracas: Ediciones Nuestra América Rebelde, 2004.

FRANK, André Gunder. Lumpen-burguesia, lumpen-desenvolvimento. Porto: Portucalense Editora, 1971.

GOTT, Richard. *A la sombra del libertador. Hugo Chávez Frias y la transformación de Venezuela*. Caracas: Imprenta Nacional, 2002.

GÓMEZ, Gonzalo; TÁBATA, Américo e GÁMEZ, Nelson. *Conversatorio con Orlando Chirino*. Apo-Reportajes. Caracas: Aporrea, 2005.

LANDER, Luis E. , LÓPEZ MAYA, Margarita. Venezuela, golpe y petroleo, *Observatorio Social de América Latina*, junio de 2002, pp.15-18.

LANDER, Luis E.. La reforma petrolera del gobierno de Chavez. *Revista Venezolana de Economia y Ciencias Sociales*, vol 8, Nro. 2, FACES. Mayo-Agosto 2002. p.185-187.

LÓPEZ MAYA, Margarita; LANDER, Luis E.. Ajustes, costos sociales y la agenda de los pobres en Venezuela: 1984-1998. In: SADER, Emir (org.). *El ajuste estructural en America Latina. Costos sociales y alternativas*. Coleccion Grupos de Trabajo de CLACSO, p.232-254, 2000.

MENDOZA POTTELLÁ, Carlos. Vigencia del Nacionalismo Petrolero. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales* 2001, Vol 12 , Nº 1 , Año: Enero-Abril, 2006.

MEDINA, Medófilo, LÓPEZ MAYA, Margarita. *Venezuela: confrontación social y polarización política.* Bogotá, Ediciones Aurora, 2003

MIERES, Francisco (org.). *PDVSA y el golpe.* Caracas, Editorial Fuentes SRL, 2003.

MOMMER, Bernard. Petróleo subversivo. In: ELLNER, Steve e HELLINGER, Daniel. *La política venezolana en la época de Chávez: clases, polarización y conflicto.* Caracas: Nueva Sociedad, 2003

PARKER, Dick. ¿Representa Chávez una alternativa al neoliberalismo? *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales* 2003, vol. 9 n.3 (mayo-agosto), pp. 83-110.

PARKER, Dick. El chavismo: populismo radical y potencial revolucionario. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales* 2001, vol. 7 n.1 (ene.-abr.), pp. 13-44.

REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. Constitución de la República Bolivariana de Venezuela, Caracas, Imprenta Nacional, 2004 [1999].

_____. Ley Orgánica de Hidrocarburos. Caracas, Imprenta Nacional, 2001.

SOTELO VALENCIA, *Adrián. América Latina: de crisis y paradigmas. La teoría de la dependencia en el siglo XXI.* México, UNAM/Plaza y Valdés/Universidad Obrera de México, 2005.

VICTORIA CANINO, María, VESSURI, Hebe. Rebelión de saberes. Los operadores en la refinería de Puerto la Cruz. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales* 2005, vol. 11 n.1 (ener.-abr.), pp. 129-165.